

# APRESENTAÇÃO

## CONTRIBUIÇÕES DAS PESQUISAS EDUCACIONAIS À EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A ideia de trazer a público os resultados de algumas das pesquisas educacionais como contribuição à necessária e urgente reestruturação da educação básica brasileira nasceu no Forpred – Fórum Nacional de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação da ANPEd. Imbuídos do compromisso decorrente do lugar social que ocupamos – o de pesquisadores –, buscamos articular um conjunto de pesquisas capazes de expressar o compromisso crítico com o contexto social brasileiro, a dimensão pública do que fazemos e a busca das articulações entre o mundo acadêmico e seu entorno social.

As pesquisas educacionais, que têm crescido muito como fruto da expansão do sistema de pós-graduação, voltam-se, em grande parte, aos processos educacionais e ao contexto escolar específico, valendo-se de proposições metodológicas críticas e ampliando a interlocução com outras áreas de conhecimento, além da psicologia e da sociologia, como a antropologia, a história, a linguística e a filosofia, o que torna os entendimentos a respeito da problemática educativa mais amplos e sustentados por perspectivas que vão além das especificamente disciplinares.

Somos hoje 159 programas de pós-graduação na área da educação no país. E aí se concentra a maior parte da produção de conhecimento sobre educação. As pesquisas buscam desenvolver estudos referentes aos elementos constituintes dos sistemas públicos de educação. Isso tem sido feito de uma perspectiva crítica e compromissada com a qualidade social, o que expressa hoje os desafios postos para uma real democratização da educação. Têm também se dedicado à compreensão dos fenômenos educacionais na sua complexidade

histórico-social, numa interlocução direta com as condições que permeiam o fazer educativo, o que significa levar em conta os sujeitos educadores, sua formação, suas circunstâncias de trabalho e os locais onde realizam suas práticas. Dessa articulação originam-se temas que estão presentes em um número significativo de estudos, como a formação inicial e em serviço dos professores, a vida das escolas, as salas de aula, os alunos e os professores. Ou seja, colocam em foco a articulação entre formação e a própria dinâmica escolar, bem como as circunstâncias político-sociais que afetam os processos de ensino, de aprendizagem e de desenvolvimento humano. Buscam também apontar possibilidades, caminhos ou pistas que possam contribuir para melhorar a qualidade da educação e do desempenho escolar, com base na análise de dados sistematizados e de experiências realizadas por setores públicos da educação. Para além da identificação dos problemas e/ou da denúncia das condições do exercício educacional, evidencia-se o esforço com a elaboração de propostas capazes de contribuir com a melhoria do atendimento dos nossos sistemas educacionais.

Para além dos trabalhos produzidos individualmente ou na interface orientador/orientando, é visível a busca pela produção de estudos coletivos, realizados por grupos de pesquisa que se multiplicam e se consolidam no seio de instituições, ou por grupos interinstitucionais, o que é reforçado por editais das agências financiadoras, dentre os quais o Pró-Docência e o Observatório da Educação são exemplos recentes. A constituição de redes de pesquisadores dispostos ao trabalho em equipe, ancorado na colaboração e na integração de perspectivas sustentadas em diversas áreas de conhecimento e em proposições teórico-metodológicas distintas, é um indicativo da possibilidade de produção de pesquisas capazes de fazer frente aos complexos problemas educacionais.

É assim que, no universo de pesquisa e estudos realizados, reunimos neste dossiê cinco artigos que se inserem nesse movimento. A partir de diversas perspectivas, trazem contribuições ao campo da formação de professores, organização do trabalho pedagógico e estruturação do espaço

escolar, colocando em evidência as novas possibilidades para a reorganização dos processos formativos escolares com vistas a uma formação de melhor qualidade aos estudantes da educação básica.

O primeiro deles, de autoria de Bernardete A. Gatti, resulta de pesquisas coletivas, desenvolvidas pela autora no âmbito da Fundação Carlos Chagas e em parceria com outros pesquisadores, a respeito da formação de professores. O segundo, de Giseli Barreto da Cruz e Jules Marcel, expressa a parceria entre orientando e orientadora na produção de dissertação desenvolvida no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FE/UFRJ). Os outros três artigos são derivados de teses desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE/USP) e vencedoras do Prêmio Capes de Tese. São eles: artigo de Márcia Martins Castaldo e Sílvia M. Gasparian Colello, resultante da tese recebedora de menção honrosa em 2010 no Prêmio Capes; artigo de Mônica Maria Farid Rahme e Leny Magalhães Mrech, fruto da tese vencedora do Prêmio Capes em 2011; e artigo de Katia Cristina Silva Forli Bautheney, também extraído de tese vencedora do Prêmio Capes em 2012.

O primeiro artigo –“Formação inicial de professores para a educação básica: pesquisas e políticas educacionais” –, de Bernardete A. Gatti, inicia sua análise apontando os problemas presentes nas intersecções entre pesquisas produzidas no mundo acadêmico e o que se passa nas políticas educacionais e na cultura brasileira de gestão da educação, que, de modo geral, é dificultada pelo hábito de não se levar em conta resultados provenientes de investigações. Ressalta também a inexistência de sínteses de conhecimento produzidas em linguagem acessível aos diversos atores sociais.

Tomando como base alguns balanços já publicados (de 1999, 2009 e 2011), apresenta um panorama das pesquisas educacionais e aponta o crescimento significativo das dedicadas à formação de professores com foco na formação inicial, nos saberes e práticas docentes, opiniões e representações dos professores. E assinala a pouca presença de estudos sobre as macropolíticas relativas aos docentes da

educação básica. Identifica, ainda, problemas já mapeados e que permanecem sem solução no campo da formação inicial e continuada, da carreira e da avaliação de docentes. A autora enfatiza que os mesmos problemas se fazem presentes nas políticas nacionais, regionais e locais e são corroborados por um expressivo número de outros estudos e pesquisas desenvolvidos por autores variados. Trata-se de questões referentes à falta de perspectivas no campo da formação docente; à profissionalização; ao currículo dos cursos de formação de professores; aos estágios curriculares nos cursos de licenciatura; aos cursos de formação a distância; às condições de trabalho, carreira e salário.

Diante desse panorama, Gatti desdobra sua análise a respeito dos problemas e dificuldades – bem como das possibilidades já apontadas pelas pesquisas – presentes na formação/atuação dos professores em nove aspectos, que na leitura do texto são desenvolvidos e fundamentados: presença de professores formados em áreas distintas das que atuam ou de outros profissionais que atuam como professores; ausência de uma política nacional específica para a formação inicial de professores; pouca penetração das orientações e resultados de discussões e pesquisas na institucionalização dos cursos de formação; diretrizes curriculares nacionais que mantêm o foco disciplinar na formação chegando a tratar apenas dos bacharelados; estrutura curricular fragmentada, com enfoque superficial nos saberes pedagógicos e muito abreviadas; ausência de projetos de estágios curriculares, que são precariamente acompanhados e avaliados; crescimento da oferta de cursos a distância que são criados desnecessariamente; pouco preparo dos docentes das instituições de ensino superior (IES) para atuar na formação de professores; desconsideração das características socioeducacionais e culturais dos licenciandos para uma melhor formação.

A partir desse esforço de mapeamento e síntese dos estudos já realizados, Gatti oferece ao leitor importantes pistas para a discussão a respeito das preocupações exposta na abertura do artigo, quais sejam, as dificuldades e problemas presentes nas intersecções entre pesquisas produzidas no mundo acadêmico e o que se passa nas políticas educacionais. Vale a pena ler o texto!

No segundo artigo – “A didática de professores referenciais e suas contribuições para a formação docente” –, de Giseli Barreto da Cruz e Jules Marcel, ao discutirem o papel da didática na formação de professores para a escola contemporânea, colocando as práticas de professores formadores no centro da análise, destacam que a formação deles se constitui em um processo que não se basta com a formação inicial. Eles defendem que a formação inicial precisa considerar em suas práticas curriculares a base de conhecimento necessária ao ofício docente em interface com um olhar rigoroso sobre a escola.

No Brasil esse entendimento tem orientado políticas públicas de iniciação à docência de modo que um dos elementos essenciais que promove a competência profissional do futuro professor é compreender que teoria e prática se renovam mutuamente. O conhecimento de como saber ensinar se renova e avança à medida que a prática, cotejada pela teoria, se revê e se inova, ao mesmo tempo em que impulsiona a teoria para as novas sínteses. É no interior desse movimento que o professor se torna um investigador permanente de seu ensino. O movimento da mútua recriação da teoria na prática e da prática na teoria tem fundamentado no Brasil documentos oficiais como as recentes Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da educação básica em nível superior, em curso de licenciatura e em curso de graduação plena.

Os autores partem do pressuposto que a formação inicial é parte do desenvolvimento profissional docente, e essa seria condição determinadora da identidade do professor, e, assim, problematizam a respeito do tipo de processo a que se poderia atribuir a especificidade da função docente, de modo que fosse possível garantir a afirmação identitária mesmo em um ambiente de ruptura, como parece ser a escola atual.

Focalizando o ensino de didática como a disciplina que se organiza com base em um domínio de conhecimento de natureza teórico-prática sobre o processo de ensino e aprendizagem, os autores discutem qual tem sido o papel destes cursos de formação de professores. Na pesquisa retratada no artigo investigam práticas do professor formador reconhecido por seus alunos como referência profissional.

O cenário é um curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Na leitura do artigo será possível conferir a perspectiva dos autores de que o “objeto da didática diz respeito ao processo de compreensão, problematização e proposição acerca do ensino”, e que a didática “se elabora no ensino, produzindo conhecimento sobre e para ele”. As considerações reforçam que as práticas de professor formador reconhecido por seus alunos como referência profissional são contributivas para a constituição da identidade docente e para a formação em didática de professores para a escola básica.

No terceiro artigo – “Redação no vestibular: perspectivas de reorientação da prática escolar” –, as autoras Márcia Martins Castaldo e Silvia M. Gasparian Colello permitem-nos ampliar reflexões a respeito do direito à alfabetização que vem sendo debatido em todo o território brasileiro através do Plano Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Embora o PNAIC conceba que toda criança deve estar alfabetizada ao completar o 3º ano do ensino fundamental, o texto das autoras nos remete à discussão sobre a importância que esse processo terá ao final do ensino médio, quando os estudantes almejam o ingresso no ensino superior.

Como escrevem as autoras: “As palavras não se encerram em suas primeiras concretizações, elas são vivas, transformam-se. Podemos, então, revisitá-las”. E de forma extremamente poética, sem comprometer os aspectos teóricos e metodológicos de um artigo acadêmico, elas fazem uma releitura da tese de doutorado “Redação no vestibular: a língua cindida”, defendida em 2009 por Castaldo, sob a orientação de Colello.

É oportuno lembrarmos que alfabetização tem um sentido amplo, portanto devemos buscar meios para garantir que alunos e alunas do ensino fundamental, aos 8 anos, tenham se apropriado do sistema alfabético. Mas esse compromisso deve ir além, nossa ação pedagógica deve contribuir para que as crianças compreendam a intenção dos textos que leem no contexto das práticas de leitura de sua vida cotidiana, dentro e fora da escola.

O texto de Castaldo e Colello dá sentido a essas ações na medida em que nos alertam sobre a responsabilidade

didático-pedagógica que professores, educadores e formadores precisam assumir para que as crianças, desde pequenas, entendam as diversas funções que a leitura e a escrita assumem na vida social e para que possam usufruir dessas funções. É urgente um compromisso no sentido de promover condições e oportunidades para que as crianças apreciem e produzam textos que lhes permitam compreender e se relacionar melhor com o mundo em que vivem e consigo mesmas.

Como afirmam as autoras: “Muitos são os desafios no ensino da língua materna e, particularmente, na aquisição da língua escrita. Quando a meta de ensinar a ler e escrever é compreendida em uma dimensão ampla, fica evidente que não basta dominar o sistema e assimilar suas regras ortográficas e gramaticais”.

Castaldo e Colello deixam claro que esse é um longo processo: “Trata-se, pois, de um investimento pedagógico e educativo de longo prazo”, de tal modo que ao final do ensino médio “espera-se que um indivíduo esteja habilitado a redigir adequadamente um texto, sabendo interagir com a palavra para a produção escrita nos diversos gêneros textuais em circulação”.

Apesar disso, deparamo-nos com indivíduos que, tendo completado a educação básica, ainda apresentam dificuldades com a escrita. Foi essa a problemática que impulsionou as autoras a realizarem a pesquisa tratada nesse artigo. Assim, elas buscam investigar as relações entre o dever-dizer e o saber-dizer na redação dissertativa do vestibular Fuvest pela possibilidade de associar interlocução e escolarização.

O que constata é preocupante. Após anos de escolarização, as competências de escrita adequadas dos *eus-escritores-candidatos* ao ensino superior não foram as esperadas para que conseguissem redigir a contento quando requisitados socialmente, mesmo quando as condições são tensas, como é o caso das redações dissertativas de vestibular.

As autoras identificaram uma “polarização entre aquilo que é do mundo exterior e aquilo que é do mundo da escola” decorrente da “concepção de escola não como *parte* do contexto sociocultural, mas como espaço *à parte*, tratado como um microcosmo anexado à realidade”.

A leitura do artigo possibilitará reflexões para a prática docente e para a formação de professores.

O quarto artigo – “Os efeitos da inserção escolar para alunos pouco convencionais” – originado da tese de doutorado de Mônica Maria Farid Rahme, defendida em 2011 na FE/USP, sob orientação de Leny Magalhães Mrech. No artigo as autoras buscaram articular questões relativas à escolarização de crianças consideradas pouco convencionais em decorrência de seu modo de se relacionarem com o outro, de se comportarem e de se colocarem no campo da linguagem.

Quais os efeitos que a entrada dessas crianças na escola comum pode gerar para elas mesmas, para seus colegas e para a escola? Essas questões se apresentam a docentes e à comunidade escolar quando se discute a política de inclusão educacional, bem como formação, condição e valorização docente, estruturação das redes de ensino, gestão escolar, dentre outros aspectos.

As autoras desenvolvem o tema situando alguns trabalhos que focalizam a inserção escolar de alunos com Distúrbios Globais do Desenvolvimento (DGD) a partir do campo “psicanálise e educação” e contribuem para reflexões importantes à prática docente e à formação de professores. A discussão toma corpo quando apontam “elementos relevantes da construção da inclusão escolar como processo articulado à estruturação da própria escola de educação básica e sobre o laço estabelecido entre crianças no contexto escolar”.

O texto evidencia como a relação entre as crianças em uma escola que sustenta uma proposta inclusiva pode fazer diferença na trajetória de uma criança considerada pouco convencional em função de seu comportamento e de sua forma de operar com a linguagem. Com tal estudo, fica claro que as escolas precisam estar mais próximas das realidades locais, mais abertas às diferenças de aprendizagem e mais receptivas à diversidade étnico-cultural.

As autoras destacam a importância da escola e da interação entre os alunos no processo de socialização das crianças, tanto da criança com vulnerabilidade psíquica quanto das demais presentes na turma. Segundo elas, as crianças



“tecem laços sociais que possibilitam um fortalecimento das relações”. Para as autoras, a “psicanálise pode trazer contribuições efetivas às escolas, aos seus professores, alunos e demais participantes”, constituindo-se em referência para o entendimento das interações e para o reposicionamento das políticas escolares no campo da inclusão.

O quinto artigo – “Incongruências no discurso sobre qualidade da educação brasileira”, de Katia Cristina Silva Forli Bautheney, resulta de sua tese orientada por Rosângela G. Prieto na FE/USP. Nele a autora busca problematizar as compreensões a respeito da ideia de qualidade em educação, que são marcadas por incongruências decorrentes da ótica que busca interpretar os resultados de provas *standard* como indicadores de qualidade da educação. Considera que a complexidade da questão subjacente à qualidade da educação “é reduzida quando se relega, a segundo plano, uma discussão sobre como avaliações padronizadas deveriam servir não apenas para mensurar o desempenho de estudantes e escolas, mas também para a sustentação de uma análise complexa da *performance* da execução das próprias políticas públicas educacionais, que precisam implantar programas para assegurar a presença da qualidade e equidade na educação”.

Bautheney explicita que a transformação da qualidade em questão em meritocracia individual descaracteriza um direito social e favorece que o Estado se desresponsabilize de assegurar patamares mínimos de igualdade, combatendo as desigualdades. E aponta a importância de se desnudar a naturalização de alguns mecanismos de exclusão por meio da responsabilização dos indivíduos diante dos resultados obtidos. Dessa forma dilui-se o papel dos aspectos intraescolares, como currículo, formação docente, gestão escolar, avaliação da aprendizagem, condições de trabalho, infraestrutura da escola etc., e dos extraescolares, como condições de vida da população, capital econômico, social e cultural das famílias dos alunos, entorno social da escola, distribuição de renda, violência etc.

Afirma que em face dessas posturas evidencia-se um deslocamento da responsabilidade do Estado para o indivíduo na produção de um padrão de qualidade pela ênfase na noção

de desempenho. Esse discurso, originário do campo político, é reafirmado pela mídia quando da divulgação dos resultados das avaliações padronizadas. Pelo olhar foucaultiano da autora, estamos diante de estratégias que visam a disciplinar, naturalizar e normatizar questões sociais.

Por meio da análise do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), Bautheney evidencia que a segregação dos mais aptos em relação aos menos produtivos tem início na infância e pela escola, que conta com os constructos da psiquiatria e da psicologia para identificar os “sinais indicadores de ‘problemas’ no processo de desenvolvimento estabelecido como normal para um determinado aluno” e ressalta que o “‘baixo desempenho’ de alunos nas provas padronizadas não é capaz de revelar déficits e problemas de aprendizagem ou comportamento, mas é, sim, um forte indicador de ausência de ensino”. Para ela esse processo produz um comprometimento da qualidade da educação.

Assim, articula os argumentos tecidos cuidadosamente, evidenciando que as incongruências presentes no debate a respeito da qualidade da educação é enfraquecido pela interpretação de resultados de avaliações padronizadas com ênfase no desempenho dos estudantes em provas, amparada numa leitura psicologizante dos resultados.

\* \* \*

Esperamos que, com a divulgação dessas pesquisas caracterizadas por uma busca intencionada, realizada com suporte metodológico, fundamentação teórica e em estreita articulação com a problemática presente no real, além de muito cuidado crítico, possamos evidenciar a seriedade e o profundo compromisso social que vêm pautando nossa área, uma vez que se objetiva a destinação social do conhecimento produzido. Só com o esforço coletivo na articulação com políticas públicas sérias conseguiremos avançar no desvendamento dos impasses construídos historicamente, causadores de injustiças e de atraso na vida pessoal de inúmeras parcelas de brasileiros e da vida do país como um todo. Só assim será

possível produzir conhecimentos capazes de iluminar os fenômenos sociais que nos desafiam cotidianamente e transformar as práticas educacionais.

**MARIA ISABEL DE ALMEIDA**

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação  
em Educação da Faculdade de Educação da  
Universidade de São Paulo (FE/USP)  
*mialmei@usp.br*

**CARMEN LUCIA BRANCAGLION PASSOS**

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação  
em Educação da Universidade Federal  
de São Carlos (UFSCar)  
*carmen@ufscar.br*